



Público	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 194
	Âmbito: Nacional	Imagem: N/Cor
	Tiragem: 75000	Página (s): 28

01-10-2010

Ministério das Finanças é o que mais absorve diplomados do Curso de Estudos Avançados

Ana Tavares
 O curso que dá entrada directa na função pública faz hoje dez anos. A frequentá-lo estão maioritariamente mulheres e licenciados com mais de 30 anos

Os serviços e organismos do Ministério das Finanças e Administração Pública são os que mais atraem os diplomados do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), que hoje comemora dez anos de existência.

A “maior atractividade das remunerações que este ministério possibilita”, nomeadamente na Direcção-Geral dos Impostos (DGI) e Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), surge como factor determinante no momento de escolha do local a exercer funções. É o que revela um inquérito feito aos alunos diplomados por este curso - que tem a particularidade de garantir a entrada directa na função pública. De 2004 a 2007, foram recrutados entre oito e dez diplomados por ano, sendo que em cada edição saem aproximadamente 50 licenciados.

Dos 492 alunos que concluíram o curso nas primeiras nove edições do curso, apenas 50 por cento responderam ao inquérito feito pelo Instituto Nacional de Administração (INA). Desses 246 diplomados, 24 por cento encontram-se a exercer funções

no ministério chefiado por Teixeira dos Santos. Em segundo lugar surge o Ministério do Ambiente e do Ordenamento, onde trabalham cerca de 15 por cento do total de diplomados inquiridos pelo INA. Já o menos atractivo parece ser o Ministério da Cultura, onde trabalham apenas dois por cento dos que responderam ao inquérito.

O balanço feito até agora, garante Lúcia Simões, responsável pelo CEAGP, “é extremamente positivo”. Empregadores e trabalhadores “estão bastante satisfeitos com o trabalho desenvolvido”. Os dados parecem comprovar isso mesmo: cerca de 48 por cento dos inquiridos afirmaram que o grau de satisfação com as funções exercidas é “bom” e 45 por cento afirmam mesmo ser “muito bom”. Já 37 por cento dos inquiridos evoluíram profissionalmente no que toca as posi-

ções remuneratórias, facto que é “muito bom, apesar de todas as restrições”, afirma a responsável pelo curso. Luísa Simões defende a continuidade do CEAGP, “tendo em conta que se trata de uma forma de reposição de trabalha-



dores que anualmente saem da função pública”. Ainda assim, o número ainda está “longe de garantir o número de pessoas que têm saído, é preciso injectar sangue novo e bem preparado”, afirma a responsável.

O curso tem a duração de um ano e para ingressarem no curso os can-

didatos têm de ter no mínimo a licenciatura. São submetidos a vários testes e posteriormente têm de pagar uma propina de cinco mil euros que lhes garante a entrada na função pública. O inquérito feito a diplomados e a 292 organismos, onde a taxa de resposta foi de 42 por cento, mostra ainda que a maioria dos diplomados é do sexo feminino, tem idade superior a 30 anos e é natural da região de Lisboa, próxima ao local de realização do curso, Oeiras. As áreas de licenciatura de onde provém a maioria dos diplomados são a Gestão, a Administração Pública e a Economia e o grau académico dos candidatos tem vindo a aumentar. “Só na última vaga, houve dois doutorados a candidatarem-se” afirma Luísa Simões. Nos dez anos de curso, foram já 549 os diplomados a entrar na função pública.

Balanço de dez anos de curso

“Transmite os valores do serviço público”

Sérgio Silva foi um dos alunos que participaram na primeira edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP). Licenciado em Direito, é actualmente director de serviços do Gabinete para os Meios de Comunicação Social na Presidência do Conselho de Ministros.

Garante que o curso foi muito bom, porque “transmite conhecimentos teóricos dos reais valores do serviço

público”. Frisa o conceito serviço público, porque quem integra a administração pública “tem uma missão, tem uma responsabilidade especial na sociedade”. Sérgio Silva garante que o curso não lhe abriu portas para estar no cargo que hoje ocupa, mas sim “competências”.

Miguel Agrochão, aluno da última edição, é licenciado em Economia e há dois meses que é técnico superior

na secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros. Diz que o curso “representa um salto cognitivo grande para a administração pública” e que produz uma “elite de trabalhadores para a modernização” do sector, visto que entram com uma “visão mais estratégica do que é o futuro da função pública”. Não tirou o curso para obter uma “valorização remuneratória”, antes pelo “valor intrínseco que tem”.